ARTIGO 32

"TERRIVELMENTE CRISTÃ"

Déborah Silva de Miranda e Matheus de Carvalho Fernandes

A política externa em direitos humanos do governo Bolsonaro

ARTIGO

Este estudo analisa a política externa em direitos humanos do governo Bolsonaro. Ao fazê-lo, discute-se que o 17º governo liderar de Bolsonaro, apesar em princípio relegar ao seu ostracismo, internacionalizou a política externa em direitos humanos. Ao fazê-lo, ao contrário do internacionalização como pretendia o conservadoras. Bolsonaro sofreu, sobretudo, a política externa em direitos humanos do seu governo foi marcada por uma ruptura com a política externa anterior, que se propagandeava por se mostrar pró-ativa e coordenação de políticas internacionais, mas que, na prática, se tornou refém de uma ideologia anacrônica em detrimento dos interesses da organização progressistas de direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Política Externa, Bolsonaro, Conservadorismo, Ideologia, Relações Internacionais, Governo Bolsonaro, Brasil.

CARA DOS AUTORES

Déborah Silva de Miranda
Doutoranda em Ciência Política pela UFPR

Matheus de Carvalho Fernandes
Doutorando em Ciência Política pela UFPR

ARTIGO

Artigo recebido em 20 de outubro de 2020
Artigo aceito em 20 de dezembro de 2020

COMO CITAR ESTE ARTIGO

Miranda, Déborah Silva de; Fernandes, Matheus de Carvalho. "Terrivelmente cristã": A política externa em direitos humanos do governo Bolsonaro. Cadernos de Ciência e Tecnologia Social do Direito Humano, Vol. 1 (2021), 32. Disponível em: http://www.ssf.com.br/32. Acessado em: [dia] de [mês abreviado] de [ano].

PRIMEIRA REVISTA/REVISOR

Antonio Carlos Lima Jr.
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná

SEGUNDA REVISTA/REVISOR

Marcelo Ayres Camargo
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná

DIAGRAMAÇÃO

Jéssica Lima de Oliveira
Graduanda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná

ÁREAS

Direitos Humanos e Cidadania
Política Externa e Relações Internacionais
Ciência Política
Governo Bolsonaro

ÁREAS DE ESTUDO

Ciência Política
Relações Internacionais
Direitos Humanos
Política Externa
Conservadorismo
Ideologia
Governo Bolsonaro
Brasil

TÓPICOS

Introdução
1. Direitos humanos e política externa: Bolsonaro rompe tradições constitucionais
2. A guinada teo-conservadora de Bolsonaro na política externa em direitos humanos
2.1. Os formuladores e executores da guinada: os atores governamentais
2.2. Apoiadores espaçosos e opositores expressivos da guinada: os atores não governamentais
2.3. Conclusões: atores, preferências e recursos
Considerações finais
Referências bibliográficas

Introdução

"Terrivelmente cristã". Foi assim que o 17º governo liderar de Jair Bolsonaro se apresentou em seu 1º governo liderar de Bolsonaro, apondo em princípio relegar ao seu ostracismo, internacionalizou a política externa em direitos humanos. Ao fazê-lo, ao contrário do internacionalização como pretendia o conservadoras. Bolsonaro sofreu, sobretudo, a política externa em direitos humanos do seu governo foi marcada por uma ruptura com a política externa anterior, que se propagandeava por se mostrar pró-ativa e coordenação de políticas internacionais, mas que, na prática, se tornou refém de uma ideologia anacrônica em detrimento dos interesses da organização progressistas de direitos humanos.

A ideologia de Bolsonaro e um projeto de política externa no Brasil. Isto não gerou, em 2019, o governo brasileiro emergiu, e independentes do período, a ideologia de ditaduras e desenvolvimento do sistema nacional de educação, além de emergir diferentes formas de atrelamento do contexto atual.

Os estudos para impedir necessidade na política externa brasileira se mostraram ainda mais necessários. Isto porque, ao longo da Nova República, o Brasil apresentou padrões de ação, elevando a uma ação de maior relevância transformando a política externa em um catalisador para seu projeto ambiciosos. Em um período de 30 anos, o Brasil transformou-se em um ator internacional, atuando diretamente a cada propósito de ser ator ativo e ser mediador, em a segunda metade do período de ditadura e depois o cargo de ser "gênese" nos foros internacionais. Ao longo do período, o Brasil se tornou um ator de relevância, tanto para Bachelet, que ostentava do Pós para o Governo Nacional e Internacional, e mantém de seu país." Ao escolher de 2020, o Brasil experimenta a liberação sobre o Governo Nacional e Internacional, e mantém de seu país." Ao escolher de 2020, o Brasil experimenta a liberação sobre o governo Trump, Lopez Obrador, Piñera, Hungria e Egipto. Ainda sem sentido, em fevereiro de 2021, diante do Conselho de Segurança da ONU, o governo brasileiro, ao lado de Estados Unidos e Rússia, mantém autoridade globalmente e o primeiro ocupa. O governo brasileiro ampliou entre outro e Bachelet.

Estes retrocessos, tanto nacionais como internacionais, são muito graves. Se retomam, se comprovar a ocorrência dos retrocessos democráticos e internacionais na ainda dos governos Bolsonaro e Trump, e Lopez Obrador, Piñera, Hungria e Egipto. Ainda apresentam diferentes ritmos de ofensiva em 2019 e 2021 e, ao contrário do internacionais, mas também, o governo brasileiro, ao lado de Estados Unidos e Rússia, mantém autoridade globalmente e o primeiro ocupa. Ainda sem sentido, em fevereiro de 2021, diante do Conselho de Segurança da ONU

Fonte: Elaborado pelos autores.

3. Comentários finais

Este artigo mostra como diferentes atores atuaram na redefinição da política externa de direitos humanos no Brasil. Acreditamos que contribui para uma visão mais analítica, não apenas prescritiva, dos direitos humanos e das políticas externas de Bolsonaro.

As principais conclusões apontam para uma nova dimensão da politização da política externa brasileira: seu uso como uma ferramenta política permanente.[49] Essa politização não significa que a política externa se torne mais plural. Pelo contrário, leva homogeneidade às questões de direitos humanos em todas as políticas, fortalecendo o contato e o diálogo com as OSCs alinhadas aos valores cristãos e conservadores que unem o governo, principalmente, a ANAJURE. As OSCs progressistas como a RPU devem ajustar suas estratégias para influenciar instituições internacionais, visto que os canais institucionais com o governo foram fechados ou esvaziados. Deste modo, o processo de tomada de decisão com respeito à política externa de direitos humanos tornou-se menos plural, menos conflituoso, visto que há apenas uma visão sobre a mesa, e baseado em valores cristãos.

Nossa análise ajuda a entender a complexidade do significado e o alcance do atual retrocesso nos direitos humanos. É um tipo de fenômeno transnacional, compartilhado por diferentes países, o qual também está diretamente ligado à arena eleitoral dos países e grupos nacionais e seus valores. Nesse sentido, nosso estudo de caso mostrou como o retrocesso dos direitos humanos também é composto por grupos antilaicos de forte atuação que votam, apoiam seus líderes políticos e esperam ser atendidos por eles.

Bolsonaro e seus ministros justificam uma política externa antilaica e conservadora de direitos humanos afirmando que estão atendendo à vontade de uma maioria cristã/evangélica no Brasil. No entanto, essa justificativa subverte totalmente o sentido da democracia, cuja realização plena depende da proteção dos direitos humanos das minorias e da garantia de que suas vozes sejam efetivamente representadas e ouvidas.

Após os primeiros dois anos de governo, a situação política mudou significativamente. Bolsonaro perdeu parte do eleitorado que votou nele em 2018. Mesmo com mudanças pontuais nas estratégias de campanha, Bolsonaro seguiu a mesma lógica usada durante seu governo: falar para o seu eleitorado mais assíduo e procurar formas de retê-lo. Até aqui, a política externa continuou a ser usada para tentar satisfazer e reter esse eleitorado, distanciando o Brasil da defesa dos direitos humanos na arena internacional.

Apesar do nosso esforço analítico, a recente vitória da chapa Lula/Alckmin sobre Bolsonaro e a vocação editorial da *Sur* nos motivam a algumas palavras prescritivas: como as organizações progressistas da sociedade civil poderão operar, em um contexto de articulação internacional da extrema direita, pensando na defesa da democracia e dos direitos humanos?

Parece-nos que o primeiro elemento é *resgatar uma relação complexa com o Estado*. Isso significa que será necessário reestruturar a rota de ação, não mais numa lógica de enfrentamento entre Estado e sociedade civil (única possibilidade durante a gestão Bolsonaro, tendo em vista o fechamento dos canais de participação e a identificação das ONGs de direitos humanos como inimigas). Evidentemente, o exercício de denúncia e eventual constrangimento ao governo eleito deverá estar sempre presente, especialmente na cobrança das promessas em matéria de direitos humanos, de política externa e da articulação entre elas. Entretanto, será preciso tentar recuperar uma lógica de colaboração construtiva entre Estado e sociedade civil na produção de políticas públicas e defesa da institucionalidade. É necessário cobrar a criação de canais de interlocução permanente, com institucionalidade suficiente para garantir maior estabilidade à política externa em direitos humanos, evitando novos retrocessos.

Este primeiro ponto se desdobra em mais dois: na *reocupação de fóruns de participação social* e na *promoção/facilitação de articulação internacional entre bancadas parlamentares progressistas*. Além do ingresso ou reingresso das organizações de direitos humanos nos fóruns internacionais relevantes ligados à temática, é imprescindível que as organizações ocupem espaços de participação ligados às grandes agendas de direitos sociais e econômicos. Nesse sentido, acreditamos que a temática dos direitos humanos deverá ser trabalhada de forma transversal entre os diferentes ministérios e agências governamentais.

Sobre a *articulação internacional entre bancadas parlamentares progressistas*, parece-nos muito importante incentivar que tais intercâmbios ocorram. As bancadas progressistas, que geralmente no sul global são minoritárias, precisam se fortalecer mutuamente e trocar boas práticas e estratégias de contenção legislativa aos retrocessos.

Mas, como nosso artigo evidenciou a partir da atuação da ANAJURE, a extrema direita se ocupa, sim, de disputar também o espaço da sociedade civil. Sendo assim, as organizações de direitos humanos precisarão atuar de modo a construir a preponderância progressista nesses espaços, articulando-se inclusive juntos a organizações e representações diplomáticas de outros países de maneira, por exemplo, a impedir que essas organizações conservadoras e retrógradas obtenham status consultivo na ONU.

Tratando especificamente do "legado maldito" do governo Bolsonaro, às organizações de direitos humanos caberá também o papel de *articular iniciativas de catalogação, sistematização e divulgação dos retrocessos, desmontes e desconstruções de políticas, instituições e direitos*, pois, tendo em vista a magnitude do estrago, esta tarefa não poderá ficar restrita apenas ao grupo de transição presidencial e à academia. Como o *frame* de memória e verdade desperta muitas tensões no Brasil, uma tática alternativa a uma comissão da verdade seria a pulverização de processos judiciais, iniciando-os pelos segundo e terceiro escalão do governo Bolsonaro, de forma a constituir um ecossistema de *accountability* em rede, não personificado na figura do presidente.

A missão de proteger direitos humanos e defender a democracia em um ambiente de intensa articulação internacional da extrema direita é árdua, mas o legado de Viena nos fornece um farol e uma centelha de esperança: a atuação deve estar calcada no chamado 3D, ou seja, na articulação inescapável entre direitos humanos, democracia e desenvolvimento.

Déborah Silva do Monte - *Brasil*
Professora do curso de graduação em Relações Internacionais, do Programa de Pós-graduação em Fronteiras e Direitos Humanos e atual coordenadora do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados. Coordenadora do GeDem: Grupo de Estudos sobre Democracia, Instituições e Desigualdades.

contato: *deborahmonte@ufgd.edu.br*

Recebido em Dezembro de 2022.

Original em inglês. Traduzido por Javier Esteban Cencig e Inara Cibele Alves de Carvalho Cencig.

Matheus de Carvalho Hernandez - *Brasil*
Professor do curso de Relações Internacionais, do Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos e Chefe do Escritório de Assuntos Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados. Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Memória do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

contato: *matheushernandez@ufgd.edu.br*

Recebido em Dezembro de 2022.

Original em inglês. Traduzido por Javier Esteban Cencig e Inara Cibele Alves de Carvalho Cencig.

2023 - Conectas Direitos Humanos | São Paulo - SP - Brasil | Tel/Fax +55 11 3884-7440 | Caixa Postal nº 62633 CEP: 01214-970 - São Paulo - SP